

A pressão dos trabalhadores aumentava, era mais evidenciada pela mídia e o movimento ganhava cada vez mais apoio. Com isso, ainda em Janeiro, o governo federal e o estadual se comprometeram a resolver o problema através da retirada do o gado das lavouras; criação de uma cooperativa para ser a concessionária das terras e por último, comprar a Fazenda Maria de Melo. Em Junho de 1980, o Presidente João Batista Figueiredo, acompanhado do cantor Luiz Gonzaga e do Governador Tarcísio Buriti, veio pessoalmente a Maria de Melo e entregou o título de posse da terra aos agricultores da grande Alagamar.

Do boca à boca às manchetes dos jornais: o reflexo de um Processo Comunicacional bem sucedido

Conforme foi exposto durante esta breve explanação, a comunicação esteve presente em todos os momentos da Luta do Povo de Alagamar. Desde a morte de Arnaldo Maroja, em Novembro de 1975, até a entrega do decreto de desapropriação, em Junho de 1980, apesar de viver nos tempos silenciadores do regime militar, a população não se calou.

As Práticas de Comunicação Rural “fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação, afetados pelo funcionamento da agricultura ou interessados no melhoramento da vida rural” (BORDENAVE, 1988 p.08), adotadas/ desenvolvidas pela comunidade de Alagamar durante o conflito, tiveram influência direta no desfecho do mesmo.

Através de fluxos comunicacionais³ de natureza pessoal – formal ou informal – como no caso das reuniões e mutirões e também de índole impessoal, a exemplo do Hino e das notas enviadas à imprensa, os agricultores conseguiram as informações necessárias para conhecer seus direitos e por outro lado divulgar sua causa, para adquirir o apoio de outros setores da sociedade, que se tornaram indispensáveis à vitória.

Em se tratando dos instrumentos de natureza pessoal, é possível observar que as reuniões, se constituíam em espaços de diálogo privilegiados, onde eram discutidos os principais problemas e apontadas as possíveis soluções ou estratégias para enfrentá-los. Os mutirões configuravam-se em ponto de encontro, onde além de trabalhar juntos para conseguir o sustento, os trabalhadores dialogavam, se articulavam e fortaleciam.

³ A natureza dos fluxos de comunicação – Pessoal e Impessoal – é um conceito usado por Bordenave (1988, p. 08).

A maior prova de que essas manifestações conferiam mais força aos trabalhadores é que elas chegaram a ser impedidas. A ordem para não se reunir, que a princípio fora dada pelos fazendeiros e em seguida ratificada pelo estado, mostrava que, elas agregavam valor ao movimento, e quem as proibiu não estava interessado em que os agricultores se fortalecessem.

A idéia de proibir as aglomerações, que se apresentava sob o disfarce de querer evitar uma revolução, na verdade tinha a intenção de dispersar os trabalhadores para que desta forma não ficassem sabendo do que se passava ao seu redor. Isso porque “a tomada de consciência, não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo, relações de transformação, assim somente aí pode a conscientização instaurar-se”. (FREIRE, 1983, p.77)

Ao mesmo tempo em que, isolados, sem a troca de informações e conhecimentos, não ficariam sabendo do direito que tinham. Assim, a tomada de consciência por todos, homens, mulheres e crianças que se dedicaram a lutar pela terra, foi o resultado de um processo de comunicação bem sucedido.

Mesmo quando foram impedidos de se reunir e com Alagamar em Estado de Sítio, os agricultores não se dispersaram, tão pouco deixaram de relatar o que se passava na localidade. Os encontros da base continuaram ocorrendo e deles saíam cartas e notas que enviavam à imprensa e a diversas autoridades.

Severino Izidro era o responsável por redigi-las. Ele revela que os trabalhadores levavam as informações por escrito e entregavam pessoalmente para os veículos de comunicação. Tal medida era tomada porque tinham receio de que a informação fosse publicada de maneira distorcida, afinal, os fazendeiros tinham dinheiro e influência sobre vários setores da sociedade. Sendo assim,

Quando escrevia, agente tirava muita cópia, não é. Levava pro Jornal, levava pra diocese, deixava no movimento sindical, deixava na federação e, sempre, sempre quando agente tinha alguma coisa que era pra decidir com a polícia, agente tinha muito cuidado, levava logo pro jornal, quando era pra decidir alguma coisa com o governo do estado, agente também levava jornal e tinha muito cuidado, sempre ficava com cópia. Agente nunca teve, assim, muita confiança nesse povo não, porque as coisas são distorcidas, no jornal agente fala uma coisa e cada um faz a sua defesa, não é (SEVERINO IZIDRO FAUSTINO, 2010).

Essa atitude de desconfiança leva a crer que os moradores tinham consciência do quão forte era o seu opositor. Eles, que se reconheciam frágeis do ponto de vista econômico, sabiam o quanto uma informação errada ou mal interpretada poderia prejudicá-los. Por isso, se precaviam e faziam questão de expor a verdade.

Se alguma informação inverídica fosse publicada, os agricultores prontamente desmentiam quem veiculou. Isso aconteceu, por exemplo, com o Jornal “A União”. Em trecho de uma carta reproduzida por um informativo da Arquidiocese da Paraíba, eles desmentem duas informações publicadas pelo órgão de imprensa oficial do estado:

O jornal A UNIÃO do dia 29 de dezembro de 1979, publicou onde dizia que nós agricultores tinha matado 3 reses e queimado 2, mas isso não é verdade do jornal ou de quem publicou a nota. O mesmo jornal dizia que o administrador falava que agente estava armado de revólver e pau. Agente afirma que não estávamos de revólver, pois nem isso temos. Agora, com os paus, bem, porque não íamos enfrentar 200 reses de mãos abanando. O administrador, os proprietários e a polícia, afirma que nós matamos 3 reses de cacetada e queimamos 2. Então, se isso é verdade, nós exigimos as provas legais de quem viu agente matar essas reses. O jornal publicou também que agente na tarde de quinta-feira (27/12/79) tivemos reunião com o Arcebispo, com Vanderley Caixe e 2 estrangeiros. Mais uma vez não é verdade, porque Vanderley está há dias fora do estado; Dom José foi celebrar uma missa e fazer a primeira comunhão das crianças. Os dois estrangeiros foram assistir a missa, que um é padre, que está só de visita e não fala português e o outro trabalha na arquidiocese da Paraíba. *Ass. Agricultores de Alagamar, Caipora e Maria de Melo, 29 de dezembro de 79* (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, nº.83, 1980, p.12).

É possível perceber, através deste fragmento da carta, que apesar da linguagem simples, as afirmações são firmes, claras e contradizem as informações publicadas pelo Jornal “A União” exigindo provas legais, o que demonstra conhecimento dos direitos que tinham. A importância de publicar ou de desmentir a informação de que os agricultores teriam matado o gado dos proprietários, reside no fato de que se tivessem realmente realizado tal ação, os trabalhadores, primeiro, estavam cometendo um crime, não só contra a vida do animal, mas contra o patrimônio do fazendeiro e, segundo, quebrando a imagem da não-violência.

A luta pacífica era o reflexo do nível de conscientização dos agricultores. Ao mesmo tempo em que a máxima da não-violência, pregada pela Igreja Católica vinha de fora pra dentro com intuito de evitar o derramamento de sangue – e surtiu efeito, já que em Alagamar não houve nenhuma morte – ela também funcionou de dentro pra fora, sensibilizando a opinião pública diante da atitude dos homens e mulheres que lutavam, eram feridos, mas não feriam, apenas reivindicavam seus direitos.

Mas, para que houvesse essa sensibilização, a comunidade utilizou, além das cartas que seriam publicadas na grande mídia, meios artesanais e folclóricos. Desta forma, não se pode excluir do contexto da Luta de Alagamar os aspectos da Folkcomunicação “conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, idéias, opiniões e atitudes

dos públicos marginalizados urbanos e rurais através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao Folclore” (BELTRÃO, 1980, p.24).

A Teoria da Folkcomunicação, fundada pelo pernambucano Luiz Beltrão em 1967, é tida como segunda etapa do processo de comunicação em dois estágios, concebida pelo sociólogo Paul Lazarsfeld⁴. Contudo, havia uma diferença fundamental:

Enquanto os cientistas norte-americanos vislumbravam o protagonismo individual dos líderes de opinião em grupos primários, o fundador da folkcomunicação dimensionava a influência coletiva de ‘agentes simbólicos’ no seio de ‘comunidades periféricas’ (MELO, 2004, P.12).

Assim, o comunicador de folk teria as características do líder de opinião, acrescentando-se que, neste caso, o fluxo de comunicação não seria uma difusão dupla, dos meios para os líderes e destes para o público, mas, múltipla, “compreendendo meios, líderes com seu grupo mais íntimo, líderes com outros líderes e afinal, com a grande audiência de folk” (BELTRÃO, 1980, p.32). Sobre a personalidade do Folkcomunicador, observamos que:

O comunicador de folk tem a personalidade característica dos líderes de opinião identificada (e nele, talvez, ainda mais aguçada) no sistema de comunicação social: 1) prestígio na comunidade, independente da posição social ou da situação econômica, graças ao nível de conhecimentos que possui sobre determinado(s) tema(s) e à aguda percepção de seus reflexos na vida e costumes de sua gente; 2) exposição às mensagens do sistema de comunicação social, participando da audiência dos meios de massa, mas submetendo os conteúdos ao crivo de idéias, princípios e normas do seu grupo; 3) frequente contato com fontes externas autorizadas de informação, com as quais discute ou complementa as informações recolhidas; 4) mobilidade, pondo-se em contato com diferentes grupos com os quais intercambia conhecimentos e recolhe preciosos conhecimentos. (BELTRÃO, Idem, p.35)

Na Luta de Alagamar, apesar da união e participação da maioria dos agricultores, destaca-se um personagem que possui as características de um Folkcomunicador. Severino Izidro Faustino, ou Biu Izidro, como é conhecido por todos, hoje tem 73 anos. Ele não é um homem letrado. Contudo, adquiriu considerável saber jurídico devido ao seu envolvimento sindical. Seus conhecimentos da legislação agrária e sua capacidade de decodificá-la, através de versos e cantorias, de modo a facilitar a sua compreensão por parte da comunidade, conferiram-lhe o prestígio e a liderança.

⁴ Os estudos coordenados por Paul Lazarsfeld resultaram na Teoria do *two-step flow*, duplo fluxo de comunicação. No primeiro nível estavam as pessoas bem informadas, os líderes de opinião, e no segundo, aqueles que tinham menor contato com a mídia e dependiam dos outros para obter informação.

Por suas funções de secretário e delegado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, ele tinha trânsito livre e frequente contato com fontes externas seja desta mesma entidade, seja em outras como a FETAG, a Arquidiocese e as empresas de comunicação, onde entregava as cartas e notas que redigia, junto com a população. Essa mobilidade lhe propiciava por um lado a maior aquisição de conhecimentos, que seriam difundidos na comunidade e, por outro a possibilidade de intercambiar idéias, levando para o meio externo o que se passava em Alagamar.

Com seus conhecimentos e dons poéticos, Biu Izidro transformava direitos e reivindicações em versos. Entre as várias peças escritas pelo poeta-agricultor, destaca-se o Hino de Alagamar, composto em 1978. A música foi um instrumento folk comunicativo de fundamental importância no período da luta.

Cantado pela comunidade durante as procissões e caminhadas, o hino teve um papel essencial no sentido de mobilizar, de fazer o povo se reconhecer como filho da terra e parte indispensável naquela batalha. Por outro lado, o autor fez questão de esclarecer para quem estava de fora, como no dia em que cantaram para o presidente Geisel, quais eram os motivos da luta, as intenções dos trabalhadores e a importância de permanecer naquele pedaço de chão. Vejamos,

Alagamar, meu coração/ Teu povo unido espera uma solução/ Nossa vitória
fica na história; A tua glória é a nossa união. [...]
Teu povo forte, sem violência e sem guerra, numa luta pela terra e pela boa
produção/ Da agricultura que o nosso povo consome quem consagra esse teu
nome não se curva à invasão.
Teus filhos querem permanecer no trabalho/sabendo que és o retalho que o
pobre ainda arranja o pão; Alagamar de tantas belezas mil/ tu sabes que no
Brasil acabou-se a escravidão.
Nossa Tensão Social Organizada/ ela nunca foi forjada por quem usa de
outros feitos.
Foram as prisões e os despejos inimigos que fizeram meus amigos
procurarem seus direitos.
Não temos ódio nem preguiça nem vingança/ mas temos a esperança de nossa
libertação/ Para o nosso povo ter produtos agradáveis, nós somos os
responsáveis por sua alimentação (SEVERINO IZIDRO FAUSTINO, 1978).

União, trabalho, direito resistência e libertação. Essa sequência resume a intenção do autor em fornecer para os receptores de sua mensagem, a informação sobre o que estava ocorrendo. Neste sentido, o Hino de Alagamar foi uma ferramenta de comunicação capaz de problematizar os acontecimentos e de despertar a tomada de consciência em relação à causa dos agricultores, tanto em âmbito interno, na população envolvida diretamente no conflito, quanto externo, no restante da sociedade.



Severino Izidro (centro), acompanhado de pessoas da comunidade, em um mutirão pra tanger o gado. Janeiro de 1980.

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

Além da figura de Biu Izidro, Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, pode ser caracterizado como comunicador de folk no contexto da Luta de Alagamar. Ele se tornou o elo entre aquela comunidade e o restante do estado durante a decretação do Estado de Sítio, período em que era o único com permissão para entrar lá, mas não foi só nesta fase que o religioso se fez instrumento para o intercâmbio de informações, idéias, opiniões e atitudes da população junto à sociedade e vice-versa.

Nascido em 1919, na pequena Conceição do Mato Dentro, cidade do interior de Minas Gerais, Dom José entrou no seminário aos 12 anos e ordenou-se aos 22, em Diamantina (MG). Ainda em Minas, foi bispo da Diocese de Araçuaí, no período de 1957 a 1964. Chegou ao nordeste pelas mãos de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife e um dos maiores lutadores pela paz mundial. Esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba de 1965 até 1995.

Em seu discurso de posse em João Pessoa, o bispo revela as suas intenções neste estado onde tantos estavam presos aos grilhões da opressão, da pobreza, sob a dominação dos poderosos. Desta forma,

Ao pisar pela primeira vez o solo paraibano, parece-me ouvir o eco das palavras dirigidas pelo Senhor a Moisés: 'Tira as sandálias dos teus pés porque é santa a terra em que pisas'. (...) Por isso, deponho as sandálias do humano, do terreno e do transitório e suplico a Deus que me revista de sua graça e me robusteça com sua força para que eu penetre nos teus umbrais como mensageiro da paz, da justiça e do amor. [...] E saúdo todos os fiéis, meus irmãos pelo batismo, de todas as classes e condições, saúdo as famílias, os lares da Paraíba, saúdo os operários, a mocidade, os estudantes e as crianças de nossa terra, mas saúdo com afeto todo especial, aqueles que mais sofrem, os pobres, os doentes e os encarcerados. E nesta saudação eu não posso, eu não devo esquecer aqueles irmãos que se gloriam, como nós, do nome de cristãos, e mesmo aqueles que não floriando desse nome, foram, como nós, criados à imagem e à semelhança de Deus (PASSOS, 2007, p.5).

Nas palavras do Arcebispo, percebe-se a incorporação dos ideais da Teologia da Libertação “reflexão feita à luz da fé sobre o mistério de Deus, manifestado na comunicação da salvação, a todos os homens, através de sua progressiva libertação na história” (CATÃO, 1986, p.80), posta em prática pela Igreja Católica após o Concílio Vaticano II. Negro e com atuação firme junto às camadas menos favorecidas, Dom José ficou conhecido como “Dom Pelé” e depois recebeu o apelido de “Dom Zumbi”.

Nas tantas missas que celebrou em Alagamar o bispo pregava ensinando aos agricultores a não usar de violência, mas reivindicar seus direitos e se preciso, desobedecer às ordens do governo, que notadamente fossem prejudicá-los. No dia 7 de Janeiro de 1980, dois dias depois de ter ido ao lado de Dom Helder Câmara, Dom Manuel Pereira e Dom Francisco Atayde expulsar o gado das lavouras junto com os agricultores, Dom José, lançou uma nota à imprensa onde reafirmava a posição da igreja em favor do povo. Vejamos:

1. Não queremos nem admitimos a violência. Para nós, conforme a declaração do Santo Padre, Paulo VI, “a violência não é cristã nem evangélica”. (“Nunca matar! Jamais ferir”).
2. Não aceitamos a passividade e o medo, a acomodação e o isolamento dos pobres e oprimidos. (“Estar sempre atento! Sempre se unir”).
3. Respeitamos a objeção de consciência, por isso aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e forem esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. (“Desobediência às ordens de sua excelência quando vêm nos destruir”) (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 8/1/1980).

A liberdade, a quebra da passividade e do isolamento dos oprimidos, como era o caso do povo de Alagamar, ocorre justamente através da comunicação. O carisma e posição de líder religioso e político, de Dom Pelé, tendo em vista a sua influência, bem como suas convicções filosóficas revestidas pelos ideais da justiça e da evangelização libertadora, o caracterizam como um Folkcomunicador.

Através de seus ensinamentos cristãos, Dom José fazia com que a opinião pública se sensibilizasse com a luta e o sofrimento do povo de Alagamar. Tomando como exemplo um ato simbólico descrito pelo próprio bispo, percebemos sua capacidade de codificar os acontecimentos e sensibilizar a audiência. Em um domingo, depois de chegar da região em conflito, ele foi celebrar uma missa em João Pessoa e teve a seguinte atitude:

Eu fui, peguei aquelas mandiocas comidas pelo gado e na procissão de entrada, eu entrei carregando aquelas mandiocas. Coloquei elas no altar e disse: agora nós vamos fazer nosso ato penitencial: Vocês já viram o pecado? Olha aqui o pecado: o gado comendo a mandioca do povo. Então o pecado

vai passar de mão em mão, as pessoas vão pegar no pecado. Depois o pecado volta pra aqui pra eu dar a absolvição (DOM JOSÉ MARIA PIRES, 2009).

Ainda em 1979, antes do episódio da retirada do gado, Dom José serviu de instrumento para a criação daquele que foi o mais forte mecanismo de expressão e denúncia da opressão imposta pelos fazendeiros aos trabalhadores: a Cantata pra Alagamar. A convite do bispo, o Maestro Kaplan conheceu o local e a luta daquele povo para fazer valer seus direitos. O músico revelou que passava por uma crise e precisava sentir-se útil. Ao convidá-lo, o Arcebispo afirmou que a vista lhe faria bem. Assim,

Durante as poucas horas que passei em Alagamar, fiquei admirado com o grau de maturidade, destemor e consciência que possuíam. Senti-me profundamente tocado pelo que vi e ouvi. Na viagem de volta, já noite, Dom José permaneceu calado. Não perguntou nem comentou nada. Enquanto isso, eu pensava que fazer para registrar essa epopéia do camponês paraibano, na sua luta por justiça social e uma vida digna. Ocorreu-me compor uma Cantata que contasse o ocorrido. Quanto mais pensava na idéia, mais entusiasmado ficava. Voltei-me para Dom José e, determinado, lhe disse: “Vou escrever uma obra relatando os sucessos de Alagamar; essa luta tem de ser contada e **cantada**”. Dom José voltou-se para mim e, sorrindo, me respondeu: “Ótimo, estava aguardando por isso”. Percebi então o porquê do convite para visitar Alagamar (KAPLAN, 2005).

Na Cantata, além de relatar alguns acontecimentos em que os rurícolas foram violentados e não resistiram violentamente, os autores Kaplan e Solha, Fazem uma crítica ao regime militar, denunciam os desmandos dos donos do poder e evidenciam os mandamentos da não violência e os direitos dos trabalhadores. Sobre isto, vejamos:

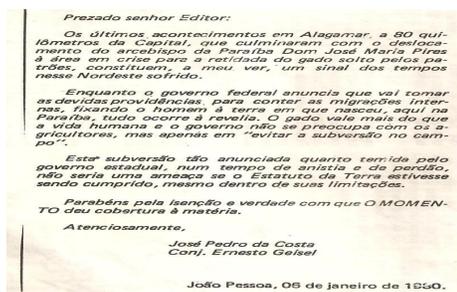
Ao ilustre senhor que é presidente desta grande nação que é brasileira/
General que usa estrelas da bandeira/ nos seus ombros/ sinal de onipotência/
Nós queremos pedir pela presente/ atenção às famílias da pobreza/ que [...] vem agora erguer este lamento, por desmando dos donos da riqueza/
Confiança em seu dinheiro, pronto pra acudir, é que os grandes se botam a invadir, essas terras que são de subsistência. O senhor, porém, sabe, Sua excelência, que dentro dessa sua revolução, o estatuto nos dá a proteção e hoje nós invocamos essa lei, contra quem na barriga tem um rei, praticando assim a subversão. [...] Eles vão querer mais lucro, mais montaram em burro xucro, vão se danar com a justiça. [...] Nosso bispo Dom José já ensinou como é a luta da não violência: primeiro, nunca matar; segundo, já mais ferir; terceiro, estar sempre atento; quarto, sempre se unir; quinto desobediência às ordens de sua excelência que queiram nos destruir (KAPLAN, SOLHA, 1979).

Depois da estréia no dia 17 de junho de 1979, na Capela da Igreja de São Francisco, para uma platéia composta por mais de quatrocentas pessoas, a obra foi gravada no mês

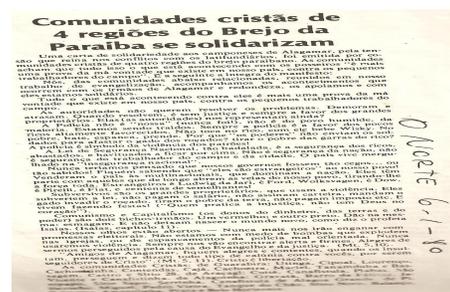
seguinte para o selo Marcus Pereira, de São Paulo. Em seguida, passou a ser entoada e interpretada por corais e grupos de teatro de todo o país.

Seja através das missas celebradas por Dom José e outros padres que tinham contato com Alagamar; nos teatros, com a apresentação da Cantata; pela mídia através das cartas, notas e notícias publicadas nos jornais, a população do estado e do país tomou conhecimento da Luta do povo de Alagamar. E depois de conhecer, pessoas e instituições passaram a apoiar a causa dos agricultores.

As manifestações expressavam ao mesmo tempo a comoção e a solidariedade para com os agricultores e revolta com as atitudes do governo. Na medida em que cartas e notas de apoio eram publicadas, outras pessoas e instituições tinham ciência e se encorajavam a fazer o mesmo. Com isso, a pressão para que os governantes resolvessem a situação aumentava. Sobre isto, vejamos uma carta de leitor do Jornal “O Momento” e uma nota publicada em “O Norte”:



Jornal O Momento, 13/1/1980



O Norte, 6/1/1980

No documento à esquerda, o leitor do Jornal “O Momento”, José Pedro da Costa, residente em João Pessoa, critica a postura dos governos federal e estadual em não cumprir o Estatuto da Terra e afirma que na Paraíba “o gado vale mais que a vida humana”. À direita, “O Norte” reproduz uma carta de solidariedade de cidadãos de Guarabira, Pilões, Alagoinha e Araçagi que fazem críticas, muitas delas baseadas na bíblia, em relação às ações da polícia contra os rurícolas, a demora do governo em fazer cumprir a lei e a sua passividade no tocante às atitudes dos proprietários em destruir as plantações do povo de Alagamar.

Desta forma, percebemos que o conjunto formado pelas estratégias comunicação dos agricultores, sua articulação com setores que davam mais visibilidade ao movimento, a exemplo da Igreja Católica, bem como a repercussão dos acontecimentos na mídia, contribuiu para os moradores conseguissem a posse da terra. As reuniões, as cartas, o hino, a cantata, foram formas de expressar necessidade de que se modificasse a estrutura agrária e se cumprisse a Lei 4.504.

CONCLUSÃO

Apesar de ter ocorrido em um contexto onde bois valiam mais do que homens, a luta do povo de Alagamar, provou o contrário. Para isso a comunicação exerceu um papel fundamental. Sem se comunicar entre si e com quem estava ao seu redor dificilmente os agricultores teriam alcançado o êxito, afinal, de acordo com Beltrão (1980), os grupos só adquirem a sabedoria e a experiência necessária para sobreviver e aperfeiçoar-se, através desse processo essencialmente humano, usado para o intercambio de idéias, informações e sentimentos.

Dos espaços de diálogo: reuniões, mutirões, missas, etc. surgiram os mecanismos usados como para dar voz às reivindicações que neles eram discutidas. Desta forma vieram as cartas, o hino e a cantata. Neste círculo, junte-se a influência dos comunicadores de folk, dos quais destacamos Severino Izidro e Dom José, sem excluir tantos outros que colaboraram para que os moradores fossem ouvidos.

Como ingredientes que contribuíram para que ao fim da luta todos os agricultores estivessem vivos e com a posse da terra, podem ser destacados cinco. Primeiro, a *Fé*, no sentido de acreditar não só no divino, mas uns no outros; segundo, a *União*, que conferiu força ao movimento; terceiro o *Direito*, já que o Estatuto da Terra, lei 4.504, assegurava que aquela propriedade poderia ser desapropriada pelo Governo Federal; quarto, a *Informação*, visto que de nada adiantaria o resguardo que a legislação lhes garantia se dela os trabalhadores não tivessem conhecimento; e quinto, a *Mobilização*, através da qual os moradores conseguiram reivindicar aquilo que lhes pertencia.

O sucesso do processo comunicativo contribuiu para que o desfecho desta história fosse favorável aos agricultores. Hoje, trinta anos depois, o povo de Alagamar não conta que viveu um conflito, mas uma luta. Uma luta onde o poder da união, do direito e da comunicação, venceu a hegemonia do dinheiro, do autoritarismo e do silêncio.

Suas reivindicações não foram atendidas no todo, afinal, ao invés de treze mil hectares, o governo desapropriou apenas pouco mais de duas mil. Contudo, todos aqueles que lutaram acreditam que valeu à pena. A recompensa é que agora, mesmo vivendo em pequenas propriedades e se mantendo através da agricultura de subsistência, todos têm a liberdade de plantar e colher o que quiserem, a qualquer tempo, bastando apenas que haja chuva.

REFERÊNCIAS

- A luta do povo de Alagamar. *Informativo Arquidiocesano* n°. 83, Arquidiocese da Paraíba. João Pessoa: Janeiro/Fevereiro, 1980.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 2000, 2ª Reimpressão, 2ª. Ed.
- BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: A Comunicação dos Marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BETTO, Frei. *Comunicação Popular e Igreja*. IN: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é Comunicação Rural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 3. Ed.
- CATÃO, Francisco A.C. *O que é Teologia da Libertação*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FESTA, Regina, SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.) – *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Jornal Correio da Paraíba. 8/1/1980. Disponível na Hemeroteca da Senhora Maria das Neves Dias de Sousa.
- Jornal Diário da Borborema. 4/1/1980; 6/1/1980. Disponível na Hemeroteca da Senhora Maria das Neves Dias de Sousa.
- Jornal O Momento. SD; 13/1/1980. Disponível na Hemeroteca da Senhora Maria das Neves Dias de Sousa.
- Jornal O Norte. 6/1/1980; 8/1/1980; 15/1/1980. Disponível na Hemeroteca da Senhora Maria das Neves Dias de Sousa.
- KAPLAN, José Alberto. *Kaplan, 70*. Suplemento Cultural Augusto. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 2/8/2005. Disponível em: <http://www.compomus.mus.br/entrevistas> Acessado em 20/07/2010
- KAPLAN, José Alberto; SOLHA, W.J. *Cantata pra Alagamar*. São Paulo: Discos Marcos Pereira, 1979. Vinil.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, José Marques de. *Comunicação e Libertação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
_____. *Introdução à Folkcomunicação: Gênese Paradigmas e tendências*. IN BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: Teoria e Metodologia*. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

PASSOS, Mauro. *Uma Igreja A Caminho – O Movimento Político-Religioso na Arquidiocese da Paraíba (1968- 1980)*. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/ehosudeste> Acessado em 20/07/2010

PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.

NUNES, Paulo Giovani Antonino; NASCIMENTO Talita Hanna Cabral; SANTOS Suelly Cinthya Costa dos. *Estado e Sociedade Civil na Paraíba na época da transição para democracia (1974-1985)*. Disponível em: http://www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph
Acessado em 18/07/2010

Silva, Expedito Francisco da. CD gravado artesanalmente por ocasião da campanha para as Eleições Municipais de 2008 na Cidade de Salgado de São Félix-PB.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64*. Londrina: Ed. UEL/Ed. da UFPB, 1996.

Site da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>
Acessado em 19/11/2010.

VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, 4ª Reimpressão, 14. Ed. de 1994.

Lista dos Entrevistados

Dom José Maria Pires. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 12/10/2009.

Exedito Francisco da Silva. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 23/10/2010.

José Inácio da Silva. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 24/10/2010.

Maria da Conceição Dias Silva. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 10/9/2010.

Marlene Burgers. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 12/10/2009.

Sanderli José da Silva. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 20/10/2009.

Severino Izidro Faustino. Entrevista concedida a Lidiane Maria da Silva em 10/9/2010.